

Comissão Pró-Diretas comandou atentado no Rio

Foto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — Uma fonte ligada ao Departamento de Polícia Federal (DPF) disse ontem que o comando das agressões sofridas no dia 25 de junho pelo Presidente Sarney, no Rio, é atribuído à Comissão Pró-Diretas, com sede naquela cidade. Enquanto isso, o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, informou que a perícia no ônibus que conduziu o Presidente e sua comitiva naquele dia, já está concluída. Segundo ele, o laudo constatou a presença de um instrumento perfurante na destruição da janela do vidro, exatamente no local onde o Presidente iria sentar-se. "Foi um objeto extremamente contundente", disse o Ministro.

O Ministro informou também que o Procurador-Geral da Justiça Militar, Eduardo Pires Gonçalves, indicou ontem o Promotor Newton Rangel Coutinho, da Justiça Militar do Rio de Janeiro, para acompanhar o inquérito aberto pela Superintendência da Polícia Federal no Estado para identificar os culpados pela agressão ao Presidente José Sarney.

O Ministro confirmou ainda o depoimento de Maurílio Pentak, membro da CUT, ontem na Superintendência e adiantou que outro possível envolvido na agressão será ouvido hoje, mas não revelou seu nome.

Por outro lado, a fonte ligada ao DPF disse que na ação comandada pela Comissão Pró-Diretas foram identificadas as táticas de guerrilha urbana praticadas na década de 70. Disse ainda que a Polícia Federal sabe que a Comissão se utilizou das manifestações populares na Praça Quinze para desencadear as agressões, numa ação combinada previamente. A Comissão inclui entre seus ativistas representantes sindicais, estudantes e simpatizantes do ex-Governador Leonel Brizola.

Julgamento será feito pela Marinha

Se forem denunciados como incurso na Lei de Segurança Nacional pelo atentado contra o Presidente Sarney, o bioquímico Danilo Groff e o professor Maurício Pentak serão julgados pela 2ª Auditoria da Marinha. A distribuição do processo foi feita ontem pelo Juiz Helmo Sussekkind, da 2ª Auditoria do Exército, que como decano da Justiça Militar no Rio é o encarregado de distribuir os inquéritos envolvendo crimes estabelecidos na Lei de Segurança Nacional.

Na comunicação ao Juiz, o Delegado Carlos Mandin de Oliveira, que cuida do caso, esclarece que, com base no artigo 33 da LSN, tanto Groff quanto Pentak se encontram incomunicáveis por cinco dias para não prejudicar as investigações. Segundo Helmo Sussekkind, os autos do processo deverão chegar à 2ª Auditoria de Marinha no prazo de 30 dias.

STM alega falta de informações e não concede a liminar para Groff

BRASÍLIA — O Ministro Paulo Cézar Cataldo, Presidente em exercício do Superior Tribunal Militar (STM), negou ontem o pedido de liminar inserido no habeas-corpus impetrado terça-feira em favor de Danilo Groff. Com a decisão, o assessor do ex-Governador Leonel Brizola, que foi detido segunda-feira acusado de participar do atentado à comitiva presidencial no dia 25 de junho, no Rio, permanecerá preso nas dependências da Superintendência da Polícia Federal do Rio pelo menos até o início da próxima semana.

Em seu despacho, o Ministro Cataldo negou a liminar por entender que o habeas-corpus só poderia ser concedido mediante maiores informações da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. As novas informações foram solicitadas ontem mesmo e os dois órgãos terão um prazo de cinco dias úteis para enviá-las ao STM. Normalmente o prazo para entrega de informações em pedidos de habeas-corpus é de 48 horas, mas como Groff está sendo enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o prazo é de cinco dias.

De posse das informações, o Ministro terá condições de despachar sobre o pedido. Independente da decisão, o despacho voltará a ser analisado pelo plenário do Tribunal em agosto, quando os Ministros retornam do recesso judiciário.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Rafael Mayer, não despachou ontem sobre o pedido de esclarecimento que o ex-Governador Leonel Brizola apresentou quarta-feira contra o Presidente José Sarney. Brizola deseja que Sarney esclareça se realmente disse ao Deputado Koyu Illa (PMDB-SP), comentando o atentado, que "isto é coisa do Brizola". Se o despacho for favorável à interpelação, Sarney será citado e terá um prazo de 48 horas para apresentar as explicações. Caso elas não sejam consideradas satisfatórias, Sarney poderá ser processado por ofensa à honra.

Enquanto isso, no Rio, o advogado Nilo Batista, que está atuando na defesa do bioquímico Danilo Groff, entrou ontem com um novo pedido de habeas-corpus a favor de seu cliente. Outro advogado de Groff, Edson Queiroz, informou que nos próximos dias irá apresentar duas testemunhas que estavam no Paço Imperial no dia da manifestação contra Sarney e garantem que Groff não atirou pedras na comitiva presidencial, como também não incitou os manifestantes a fazê-lo.

Ontem pela manhã foi a vez do professor Maurício Pentak prestar

depoimento ao Delegado Carlos Mandim, que preside o inquérito que apura as agressões ao Presidente. Pentak foi ouvido durante duas horas e seu advogado, Luís Fernando de Moraes, informou que ele fez um longo retrospecto de sua vida, inclusive sobre sua militância à frente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Segundo Luís Fernando, Pentak disse que nem tinha conhecimento dos protestos que estavam ocorrendo na quinta-feira passada, quando foi convocado por um membro da CUT a se incorporar à manifestação. Pentak negou que tivesse, através de um megafone, incitado os manifestantes a atirarem pedras contra Sarney e que, ao contrário, pedia que as pessoas mantivessem a calma.

Ao mesmo tempo em que Maurício Pentak prestava seu depoimento às 10h20m, 15 membros da executiva nacional da CUT, tendo a frente o Presidente da organização, Jair Meleguelli, chegaram à sede da Polícia Federal na tentativa de obterem autorização para visitar Maurício e Danilo. Somente três dirigentes entraram para conversar com o Superintendente Regional da Polícia Federal, Fábio Calheiros.

Foto de Celso Vieira



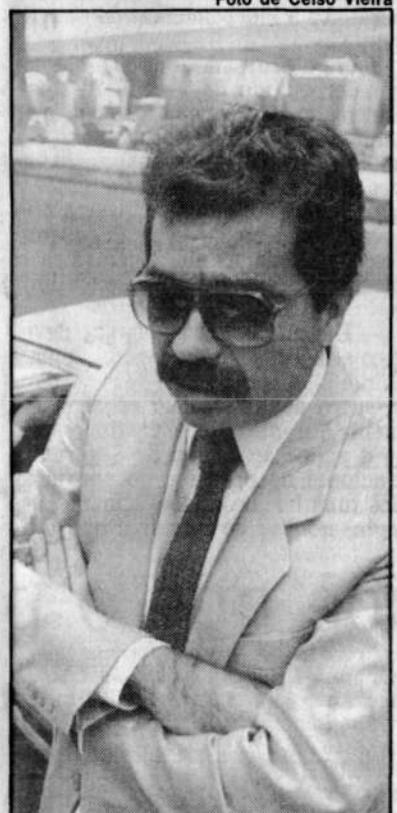
Brossard anuncia fim na perícia do ônibus presidencial

Promotor decidirá aplicação da LSN

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse ontem que a decisão de ser aplicada a Lei de Segurança Nacional contra os possíveis envolvidos nos atos de agressão ao Presidente José Sarney, ficará a critério do Promotor Newton Rangel Coutinho, da Procuradoria da Justiça Militar do Rio de Janeiro, indicado ontem para acompanhar o inquérito.

Brossard se manifestou após visita do Presidente da Câmara e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ao seu Gabinete. Ulysses foi pedir ao Ministro que não seja aplicada a LSN contra os indiciados no inquérito aberto pela Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Acompanhado do Senador Severo Gomes, o Deputado disse, ao sair da audiência, que prefere a aplicação do Código Penal, motivo pelo qual pediu a Ministro que "medite sobre a questão".

A solicitação do Presidente da Constituinte reforçou o apelo das Lideranças dos partidos no Congresso, em documento entregue anteontem a Brossard. "A proposta será estudada, mas não existindo ilícito penal, no final do inquérito, a Lei de Segurança Nacional não será aplicada", disse o Ministro, reiterando que o Promotor da Justiça Militar avocará a lei a ser aplicada. "Um inquérito bem feito facilitará a exata aplicação da lei", observou o Ministro.



Batista comenta a prisão de Groff

Ministro previne a FAB sobre ameaça

BRASÍLIA — O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Octávio Moreira Lima, em mensagem enviada ontem aos seus comandados, condenou as agressões ao Presidente José Sarney, afirmando que "é absolutamente inadmissível e insuportável qualquer manifestação violenta e repudiável todas as que, circunstancialmente, toquem nas instituições". Em seguida, o Brigadeiro Moreira Lima alerta que "é imprescindível exigir de nossa organização a mais firme, energética e correta postura diante de qualquer vislumbre de ameaça".

Segundo o Ministro da Aeronáutica, "a grandeza e as potencialidades do Brasil de amanhã não podem ser solapadas pela nocividade de poucos impariota que tentam anuviar e desmerecer o passado e alterar o rumo do presente dos que constróem, com seu trabalho profissional e com seu idealismo promissor a força das instituições, o bem-estar da sociedade, o equilíbrio do viver e conviver próprios do futuro de uma nação".

O Ministro ressalta que "é preciso divisar os horizontes que separam o idealismo do oportunismo; é necessário identificar as múltiplas faces que mascaram o outro lado da verdade; é indispensável a vigilância consciente que alerta a iminência dos dissabores evitáveis; é fundamental o exercício da fé que anima e da coragem que vence os desafios".

Acusado de incitar os manifestantes contra Sarney é professor e sociólogo

O professor Maurício Pentak, de 25 anos, que está preso na Polícia Federal do Rio, acusado de ter incitado os manifestantes a atirarem pedras contra o Presidente Sarney e sua comitiva, na quinta-feira passada, é sociólogo formado em 1982 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde sempre participou do movimento estudantil, chegando ao cargo de Diretor da União Estadual de Estudantes (UEE).

Depois que saiu da faculdade, Pentak, carioca de Madureira, passou a dar aulas de História e Geografia numa escola particular de Campo Grande. Atuando na oposição do Sindicato dos Professores, em agosto do ano passado foi eleito para integrar a Executiva Regional da CUT, onde é Secretário Rural, responsável pela organização dos trabalhadores no interior do Estado. Atuava ultimamente

te junto a agricultores de Cachoeiras de Macabu.

O porteiro do prédio onde Maurício Pentak mora no Meier com sua mulher, disse que, na terça-feira, os três agentes que o prenderam à noite, passaram o dia inteiro à sua espera. Segundo um amigo de Pentak, durante a tarde o professor esteve na sede da CUT no Centro do Rio quando começaram as depredações dos ônibus e saiu várias vezes para buscar informações sobre os acontecimentos e distribuir panfletos convocando para a manifestação da CUT, na quinta-feira à tarde. Pouco depois das 19h, Maurício Pentak se dirigiu para casa na companhia de Eraldo Mattos. Quando estava na porta do prédio, os três agentes o convidaram a comparecer à sede do DPF para prestar declarações ao Delegado Romeu Tuma.